

“A política: um novo espaço de articulação das identidades religiosas e de gênero”*

*Maria das Dores Campos Machado***

Christiane dos Passos Guimarães

Clara Bandeira de Oliveira

*Carla Rabelo Barrígio****

RESUMO

Trata-se de uma análise das lideranças femininas evangélicas com cargos eletivos no Estado do Rio de Janeiro e tem o objetivo de esclarecer os fatores que impulsionam as integrantes de comunidades religiosas sexistas para as disputas eleitorais e a participação nas instituições políticas essencialmente masculinas.

De início, apresentamos algumas informações sobre o pleito de 2002 e as estratégias adotadas pelas candidatas na disputa pelo voto. Na sessão seguinte traçamos um perfil sócio-educacional das evangélicas eleitas e analisamos as distintas trajetórias políticas. Feito isto, examinamos a relação destas evangélicas com os dirigentes de suas comunidades religiosas e das suas agremiações partidárias e, à guisa de conclusão, teceremos algumas considerações sobre a atuação destas lideranças durante o ano de 2003.

Palavras-chave: gênero, política, religião, Rio de Janeiro, evangélicos, identidade feminina.

* Este artigo é resultado da pesquisa *Religião e cultura política: a participação dos evangélicos no Rio de Janeiro*, financiada pelo CNPq e Faperj.

** É doutora em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, IUPERJ, atualmente é professora no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ.

*** As três co-autoras são bolsistas de Iniciação Científica do CNPq.

ABSTRACT

This article deals with the analysis of evangelical women leaders elected for the federal and state-level Congress in the State of Rio de Janeiro. It aims to explain both the factors that lead the sexist religious community members to compete for elective positions and their participation in essentially male political institutions.

At first, some information about the 2002 election and the electoral strategies adopted by the candidates are described. In the following section, a social and educational profile of evangelical women elected is presented, and the different political backgrounds are analysed. Next, we discuss the relationship between those evangelical women and the leaders of their religious communities and of their political parties. As a conclusion, some considerations on the actions of those women leaders during the year 2003 are presented.

Key-words: gender, politics, religion, Rio de Janeiro, evangelicals, female identity.

I. Introdução

A incorporação da perspectiva de gênero no campo da sociologia da religião brasileira é ainda recente e, como nas demais áreas do conhecimento, aparece com mais frequência nos estudos do engajamento de mulheres pobres em movimentos religiosos e suas conseqüências nas representações de gênero, no sistema de distribuição de autoridade da comunidade religiosa e nos arranjos familiares. Neste sentido, parece consensual que nos segmentos de baixa renda e pouca escolaridade a participação em agremiações religiosas, além de aumentar a auto-estima das fiéis, tem estimulado uma maior circulação das mulheres pelo espaço público. Os trabalhos sobre as Comunidades Eclesiais de Base, por exemplo, demonstram a importância do associativismo católico na formação de lideranças femininas para os movimentos

populares e para a política partidária nas três últimas décadas do século passado (Drogus, 1992; Machado e Mariz, 2004), já as recentes pesquisas sobre o neopentecostalismo indicam que as integrantes destes grupos encontram motivações na experiência religiosa para a entrada no mercado de trabalho (Machado, 2001.a e Machado e Mariz, 2000)

E aqui, não se pode deixar de mencionar o impacto da agenda política feminista sobre as instituições e movimentos religiosos, ainda que os mesmos se mostrem críticos e restritivos em relação à maioria das iniciativas dos movimentos de mulheres. Como indicou Sônia Alvarez (2000:385), uma das tendências do feminismo latino-americano na década de 90 foi justamente a difusão dos temas e propostas para as instituições culturais, movimentos sociais, organizações civis e agências governamentais, que adotando uma lógica seletiva tratavam de dar um novo significado as temáticas menos polêmicas. No caso das CEBs, a politização e a postura contestatória do movimento em relação à hierarquia religiosa também atraíram a atenção das feministas de dentro e de fora da Igreja, que por meio de ONGs, desenvolveram e ainda desenvolvem projetos de intervenção e capacitação das lideranças populares. No pentecostalismo, a despeito da pluralidade do movimento, o caráter tradicional das mais antigas e maiores igrejas acabou por reduzir em muito a influência do feminismo, ainda que, de forma indireta, alguns elementos do imaginário político deste movimento tenham sido incorporados na pauta cultural e política de várias estruturas eclesiais. A crescente consagração de mulheres para o exercício do pastorado é certamente o sinal mais significativo de que a luta pela equidade entre os gêneros teve ressonância no campo religioso (Machado, 2003 e Santos, 2002).

Já tivemos oportunidade de analisar algumas conseqüências da apropriação parcial e da disputa pelo significado de noções como a cidadania feminina entre os neopentecostais e demonstrar os limites do processo de revisão do sistema de

autoridade no interior das igrejas. Afinal, soluções como o “ministério do casal” e a consagração privilegiada de esposas de líderes religiosos garantem o controle masculino sobre o processo de ascensão das mulheres e restringem as zonas de autonomia no exercício do poder dentro da comunidade (Machado, 2003).

No que se refere à representação das igrejas junto à sociedade mais ampla, o acompanhamento sistemático da participação dos grupos evangélicos nas disputas eleitorais no Estado do Rio a partir de 2000, permite constatar não só a transferência da capacidade de influência das estruturas eclesiais pentecostais e neopentecostais da esfera religiosa para a política, bem como a recente preocupação em formar lideranças políticas no campo das minorias e, em especial, segmentos femininos e negros (Machado, 2003 e 2004). Para além do lançamento de candidaturas destes setores, verificou-se também a incorporação de temas da pauta dos movimentos de mulheres que expressam descontinuidades com a ordem de gênero hegemônica nos grupos que são classificados pela literatura especializada como tradicionalistas (Machado & Figueiredo, 2002).

De modo que o uso das identidades evangélica e feminina como atributos eleitorais, a eleição de duas vereadoras, cinco deputadas estaduais e da presbiteriana Rosângela Matheus para o governo do Estado nos pleitos de 2000 e 2002, respectivamente, sugerem flexibilização na cultura sexista predominante na maioria das denominações cristãs. Como já colocado em análises parciais destes processos (Machado & Figueiredo, 2002 e Machado, 2003), se o pragmatismo das lideranças evangélicas encontra-se entre as forças promotoras destas mudanças, os efeitos da inserção feminina e evangélica no jogo político podem ir muito além das intenções dos dirigentes de modificar a correlação de forças das igrejas na esfera pública e nas articulações com o Estado. Com isto, estamos sugerindo que a formação de atores políticos religiosos do sexo feminino e o esforço em elegê-los pode acarretar mudanças

nas representações de gênero e nas relações de poder nas comunidades religiosas.

Neste trabalho, pretendemos utilizar os dados da pesquisa "Religião e cultura política: a participação dos evangélicos nas eleições e o clientelismo no Rio de Janeiro" para discutir como as mulheres que integram comunidades religiosas conhecidas pela distribuição assimétrica do poder¹ justificam seu engajamento nas instituições políticas, essencialmente masculinas, e exercem os cargos para os quais foram eleitas.

De início, apresentamos algumas informações sobre o pleito de 2002 e as estratégias adotadas pelas candidatas na disputa pelo voto. Na sessão seguinte, traçamos um perfil sócio-educacional das evangélicas eleitas e analisamos as distintas trajetórias políticas. Feito isto, examinamos a relação destas evangélicas com os dirigentes de suas comunidades religiosas e das suas agremiações partidárias e, à guisa de conclusão, teceremos algumas considerações sobre a atuação destas lideranças durante o ano de 2003.

II. "Eu sou uma mulher política"

O Rio de Janeiro tem despertado a atenção dos cientistas sociais pela porosidade das esferas religiosa e política e, em especial, pela ampliação da capacidade de influência das lideranças evangélicas nos partidos políticos e na gestão do Estado. Basta lembrar que Rosângela Matheus é a terceira liderança com esta identidade religiosa a assumir o poder executivo nos últimos cinco anos e nove meses, sucedendo Anthony Garotinho, seu esposo, e Benedita da Silva, que tentou se reeleger nas eleições de 2002. Como se vê, o processo eleitoral daquele ano tem um caráter emblemático: pela primeira

vez na história do Rio de Janeiro duas mulheres evangélicas polarizaram a disputa.

Com trajetórias políticas e histórias de vida bastante diferentes, Benedita da Silva (62 anos) e Rosângela Matheus (41 anos) pertencem à Igreja Assembléia de Deus e Presbiteriana, respectivamente, e passaram pela Secretaria de Desenvolvimento e Ação Social no governo anterior. A primeira acumulou este cargo com o de vice-governadora, até o rompimento da aliança política entre o Partido dos Trabalhadores e o Partido Socialista Brasileiro, do então governador Anthony Garotinho, que imediatamente encarregou sua esposa da implementação das políticas sociais no Estado.

Assim, seguindo o modelo mais frequente de inserção das mulheres na esfera política, durante a campanha Rosinha tratou de tirar proveito tanto dos seus laços conjugais com o ex-governador, quanto de seus vínculos com os programas assistenciais e, em especial, com o Cheque-cidadão que, segundo a mídia regional, teriam beneficiado preferencialmente os pobres das comunidades evangélicas.

Enquanto Benedita da Silva enfatizava sua identidade étnica, sua condição de ex-favelada e mulher autônoma, Rosângela Matheus optou por explorar o ideal cristão da mulher "virtuosa", apresentando-se como esposa companheira, dona de casa e mãe de uma prole numerosa, que inclui cinco filhos adotivos ao lado dos quatro naturais. Incorporou o apelido do marido ao nome para o registro de sua candidatura no TRE, usou e abusou das camisetas com mensagens religiosas durante a campanha e adotou o discurso da continuidade dos programas de ação social implementados no governo anterior. A despeito das constantes insinuações na mídia de que seria manipulada pelo marido, a reportagem "O Fenômeno Rosinha", publicada na Revista Época de 2 de setembro de 2002, descrevia a candidata da seguinte forma:

1. Que fique bem claro que a assimetria de poder em favor dos homens não é uma especificidade das instituições religiosas pentecostais. Os estudos de Nunes (1996 e 1994) demonstram que as relações de poder na Igreja Católica são desfavoráveis às mulheres.
2. Declaração da governadora evangélica Rosângela Matheus ao jornal O Globo, 3 de setembro de 2004, p. 4.

A história ilustra a personalidade própria que Rosinha tem demonstrado na campanha ao governo do Rio de Janeiro, onde desembarcou no rastro da carreira do marido, o candidato à Presidência Anthony Garotinho. Na TV, ela fala com a desenvoltura de quem, como Garotinho, já teve programa de rádio. Para as ruas, leva o jeito de boa dona-de-casa sem culpa, do tipo que seria execrado pelas feministas décadas atrás.”

De acordo com as pesquisas do Ibope divulgadas durante o período eleitoral, a candidatura de Rosinha “tinha mais força entre as mulheres, jovens, pobres e a população com menos tempo de estudo”³. Ou seja, justamente naqueles segmentos sociais que buscavam nos programas assistenciais do governo do Estado uma alternativa para o enfrentamento da pobreza e da exclusão social. A expressiva votação recebida no primeiro turno das eleições por Rosângela Matheus, que disputava a sua primeira eleição para um cargo político, não deixa dúvidas sobre o sucesso das estratégias adotadas por seu grupo político⁴: 4.101.423 votos, o que representa mais da metade (51.3%) do conjunto de votos válidos

apurados. Já Benedita recebeu 1.954.379 (24,5%) dos votos válidos no Estado⁵.

Para além da votação propriamente dita, é interessante verificar como os eleitores e eleitoras avaliavam a candidatura vitoriosa. Durante o mês de setembro de 2002 os sociólogos da Agência Retrato organizaram vários grupos de discussão, para avaliar a performance dos candidatos ao governo do Estado e, segundo os resultados divulgados na imprensa, os eleitores acreditavam que Rosângela Matheus possuía nove entre os dez atributos que consideram necessários para governar. Ela era vista como uma pessoa de “caráter, séria, honesta, inteligente, trabalhadora, sincera, carismática, corajosa e confiável”. E o único defeito identificado foi falta de experiência administrativa⁶.

Como mostra o quadro abaixo, as duas candidatas utilizaram as identidades feminina e religiosa como atributos eleitorais, mas as representações de gênero e da fiel evangélica não são as mesmas. Enquanto Benedita apresenta um perfil e um discurso mais afinado com o imaginário fe-

QUADRO I

IDENTIDADE CONSTRUÍDA JUNTO AOS ELEITORES NA CAMPANHA

ROSINHA:	BENEDITA:
Mãe, Esposa, Mulher do interior e religiosa	Mulher Negra e Favelada
Ênfase no lado privado/ Posição coadjuvante	Ênfase na trajetória política/ Posição protagonista
Vínculos matrimoniais	Vínculos com as lutas sociais
Radialista e Secretária de Ação Social	Ex-vereadora, ex-senadora e governadora do Estado
Professora da escola dominical da Igreja Presbiteriana	Evangélica

3. Revista Época, 2 de setembro de 2002, p. 37.

4. Coligação: Partido Socialista Brasileiro; Partido Progressista Brasileiro; Partido Social Trabalhista; Partido Trabalhista Cristão.

5. Coligação: Partido dos Trabalhadores; Partido Comunista do Brasil; Partido da Mobilização Nacional; Partido Comunista Brasileiro.

6. Revista Época, 2 de setembro de 2002, p. 37-38.

ministra, Rosinha encarnou o modelo tradicional da mulher que tem na maternidade e no casamento seus principais sustentáculos. Neste sentido, estava mais próxima do ideário religioso e da representação feminina predominante na sociedade mais ampla. Além disso, embora disputasse pelo PSB, partido de esquerda que abandonaria logo no primeiro ano de governo, a direção regional da agremiação não fez objeção à articulação desta identidade com a de caráter religioso⁷. Situação bem diferente daquela enfrentada por sua principal adversária. Vinculada a um partido político que historicamente privilegiou os laços com os católicos e sempre demonstrou desconforto frente aos atores políticos dos setores evangélicos, Benedita teve dificuldades tanto em aglutinar os militantes de sua própria agremiação partidária, quanto de conquistar os votos dos “seus irmãos de fé”. Como nos afirmara em entrevista, se por um lado sofria há anos restrições no interior do PT fluminense, por causa de sua identidade pentecostal, por outro seu engajamento nos movimentos sociais e seus vínculos partidários reforçavam as desconfianças das lideranças evangélicas frente à mulher que trilhou seu caminho político de forma autônoma (Machado & Figueiredo, 2002).

As análises feministas mais recentes nos alertam para o fato de que existem mulheres que entram nas disputas eleitorais graças às relações familiares e, posteriormente, tomam um rumo independente e mesmo, superam o prestígio político de quem a apoiou (Grossi & Miguel, 2001). Até o momento da redação deste artigo, este não parece ser o caso de Rosângela Matheus. Afinal, ela montou um secretariado praticamente idêntico ao do governo de seu marido e quatro meses depois da sua posse nomeou Anthony Garotinho para a Secretaria de Segurança do Estado, declarando “estou colocando como secretário o que tenho de mais importante na minha

vida, meu marido (...) desde que eu ganhei as eleições, disse que o Garotinho seria secretário do que ele quisesse.”⁸

Durante o segundo ano de seu mandato, Rosângela lançou um livro, *Que Mulher é Essa?*⁹, voltado para o segmento feminino evangélico. Segundo a autora, seu objetivo neste empreendimento literário “não é julgar ou impor verdades, muito menos criar roteiros de vida. O que se pretende é simplesmente falar de mulher para mulher”. A despeito destas considerações, o restante da apresentação não deixa dúvidas sobre o caráter tradicional do seu conteúdo, afinal trata-se de “uma reflexão sobre as características da mulher virtuosa dos tempos bíblicos e sua relação na sociedade moderna”.

No que se refere às eleições proporcionais, identificamos 149 postulantes evangélicos entre os 1.288 candidatos que disputaram as 70 cadeiras da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro¹⁰. Neste subconjunto, apenas 26 eram do sexo feminino, o que representa 17,45% das candidaturas evangélicas. E é bom que se esclareça que esta reduzida presença das mulheres não se explica pela variável religião. Afinal, a percentagem acima é similar à proporção das mulheres no universo dos 1288 candidatos, 18%, conforme os dados do Tribunal Superior Eleitoral¹¹.

Deve se destacar, entretanto, que foram identificados vínculos destas lideranças femininas com igrejas das mais distintas orientações no campo do protestantismo. Entre as históricas, o maior número de candidatas foi identificado justamente no seg-

7. Na troca de legenda, Rosinha seguiu seu esposo migrando para o Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

8. Ver a matéria intitulada “Garotinho assume Segurança”, publicada no Jornal do Brasil, de 24 de abril 2003.

9 Esta publicação foi noticiada pelo Jornal O Globo de 16 de maio de 2004.

10. Esta identificação se deu pelos Programas de Propagandas Eleitorais Gratuitas, materiais impressos, entrevistas com pastores e acompanhamento dos cultos religiosos.

11. Segundo Almira Rodrigues, socióloga do Cfemea, o desafio em ampliar a participação das mulheres nas disputas eleitorais “começa nos partidos: por enquanto apenas quatro – PT, PV, PDT e PPS – determinam em seus regimentos internos a reserva de vagas em suas direções [...] e nenhuma legenda cumpriu a cota de 30%”.

mento Batista, onde a resistência ao pastorado feminino é muito grande¹². Já no braço pentecostal, constatamos que as integrantes da tradicional Assembleia de Deus competem em número com as candidatas vinculadas à Igreja Universal do Reino de Deus¹³. E aqui cabe um esclarecimento, tirando a IURD que indica os candidatos, fornece assessoria política e realiza uma efetiva campanha política de seus representantes, nos demais casos o empreendimento político tem um caráter mais individual, ainda que receba aval e apoio de determinados setores da comunidade confessional¹⁴. De qualquer maneira, o que gostaríamos de registrar é que a presença de mulheres ligadas a grupos religiosos que resistem às demandas de paridade no sistema de autoridade, e neste ponto a AD é tão refratária quanto a Batista, sugere que por caminhos tortuosos a luta pela ampliação da participação feminina nos espaços de poder vai se difundindo em territórios sociais antifeministas.

As primeiras análises da implementação da política de cotas na América Latina e na Europa indicam que a eficácia da estratégia feminista depende do tipo de sistema eleitoral, da cultura política e das características da lei de cotas aprovada em cada país (Costa, 2001; Htun, 2001 e Araújo, 2001a). No caso do Brasil, parece consensual que os impactos são diferenciados quando se considera o número de candidaturas femininas¹⁵ e o número de mulheres eleitas. Ou

seja, embora se constate o crescimento contínuo da participação feminina nas disputas eleitorais, os impactos na composição sexual das bancadas eleitas parecem residuais, variando de estado para estado.

No Rio de Janeiro, a comparação dos dados referentes aos dois últimos pleitos aponta crescimento da presença feminina, tanto no caso das candidaturas quanto dos eleitos¹⁶. No que se refere às mulheres evangélicas eleitas naquelas duas eleições, verificamos que de três representantes em 1998, o número de parlamentares desta tradição religiosa subiu para cinco em 2002. Se lembrarmos que no último pleito foram eleitos vinte e seis candidatos evangélicos¹⁷, veremos que a proporção das mulheres nesta bancada religiosa é de 19,3%¹⁸. As evangélicas que obtiveram sucesso nas urnas foram: Andréia Zito (PSDB/Igreja Maranata), Edna Rodrigues (PMDB/IURD), Jurema Batista (PT/Igreja Nova Vida), Maria Aparecida Panisset (PFL/Igreja Batista Renovada), Maria das Graças Pereira (PSC/Igreja Presbiteriana)¹⁹.

III. Perfil e trajetória política das deputadas estaduais evangélicas

Entre as eleitas, apenas uma não tem terceiro grau completo, Andréia Zito, que ainda cursa a universidade. A mais nova entre as parlamentares evangélicas, Andréia é solteira como Maria

12. Conseguimos averiguar o vínculo de quatro candidaturas com esta denominação.

13. Identificamos quatro candidatas ligadas a cada uma destas igrejas.

14. Além destas três, foram identificados vínculos com as seguintes igrejas: Nova Vida, Presbiteriana, Maranata e Ministério Plenitude.

15. De acordo com o Jornal O Globo (22/8/2004, p. 11), as mulheres "já são a maioria do eleitorado: representam 51,8% dos brasileiros aptos a votar. Mas, na disputa das 5.563 cadeiras de prefeito e 51.748 vagas de vereador, são minoria: do total de 333.378 candidatos, apenas 22,14% (73.827) são mulheres. Vá lá que, em comparação com 2000, a presença feminina até cresceu três pontos percentuais. Mesmo assim, ficou longe de cumprir a lei de cotas de 30% na chapas. Na disputa das 5.563 prefeituras, a situação se repete. São 1.398 candidatas em um total de 14.982 candidatos, o que representa menos de 10%".

16. Afinal, em 1998 as mulheres representavam 15,15% dos candidatos que disputaram uma cadeira na ALERJ e 17,14% dos que foram eleitos; já em 2002 a proporção dos candidatos do sexo feminino foi de 18% e entre os eleitos a proporção das mulheres subiu para 21%.

17. O que representa 37% dos parlamentares da 8ª legislatura.

18. Nos horários eleitorais gratuitos transmitidos no município do Rio de Janeiro, encontramos a presença de apenas sete candidatas, dentre estas apenas duas foram eleitas: Aparecida Panisset e Graça Pereira. Ambas utilizaram suas experiências profissionais e os vínculos com as ações sociais como atributos eleitorais. A única que explorou as questões relativas às mulheres foi Francisca Talarico (PL) que não foi eleita.

19. Agremiações partidárias atuais.

QUADRO II

PERFIS DAS DEPUTADAS ESTADUAIS				
Nome	Idade	Estado Civil	Instrução	Ocupação/Profissão
Andréia Almeida Zito dos Santos	30 anos	Solteira	2º Grau	Estudante e Deputada
Edna Maria Rodrigues de Oliveira	46 anos	Casada	3º Grau	Assistente Social, Pastora e Vereadora
Jurema da Silva Batista	47 anos	Solteira	3º Grau	Professora e Vereadora
Maria Aparecida Panisset	55 anos	Solteira	3º Grau	Professora e Vereadora
Maria das Graças Pereira Lopes do Espírito Santo	52 anos	Divorciada	3º Grau	Arquiteta e Deputada

Aparecida Panisset e Jurema Batista. Assim como Maria das Graças Pereira, Andréia exerce atualmente o seu segundo mandato na ALERJ. Entretanto, as outras três lideranças femininas tinham experiência em cargos eletivos nos municípios do Estado, como veremos mais adiante.

Os vínculos com as agremiações partidárias e religiosas também são diferenciados, ainda que se perceba uma preferência das parlamentares pelos partidos posicionados entre o centro e a direita. Jurema é a única representante do PT e sua conversão religiosa ocorreu depois de uma larga trajetória nos movimentos sociais e uma carreira política já consolidada no município do Rio de Janeiro. No que diz respeito à natureza dos laços com a hierarquia religiosa, verificamos que apenas uma deputada, Edna Rodrigues, foi consagrada pastora e desempenhou funções importantes nos espaços de deliberação de sua igreja. Mas vejamos a trajetória política e religiosa de cada uma delas, separadamente.

Andréia Zito é filha de uma cabeleireira evangélica e de um comerciante que se tornou um dos mais influentes políticos da Baixada Fluminense, e que vem se afastando dos grupos religiosos afro-brasileiros e se aproximando dos evangélicos. Seus pais são separados e a família parece ter conseguido uma ascensão econômica e social por meio do ingresso de Zito na política partidária do município de Duque de Caxias. Quando indagada sobre as motivações para uma mulher sem nenhum vínculo com os movimentos sociais

entrar tão cedo nas disputas eleitorais, Andréia imediatamente associou sua decisão com os projetos de ampliação do poder político de sua família. Segundo suas palavras,

Foi meu pai mesmo. Eu não tinha nem a pretensão de ser político. Quando foi um belo dia, era o último dia da inscrição, meu pai me chamou e disse que ele precisava de mim para eu ser candidata. Ele disse que tinha um projeto em Caxias de lançar cinco candidatos, quatro homens e uma mulher. E que a princípio a mulher seria a esposa dele, mas ela de última hora foi convidada para ser candidata a vice na chapa com o Luiz Paulo. Então deixou um espaço ocioso lá em Duque de Caxias e meu pai foi em busca de uma nova pessoa, uma mulher para preencher este espaço, e foi quando ele chegou para mim e disse que precisava que eu ocupasse aquele espaço. Mas eu não tinha nenhuma pretensão de me tornar política.

Eleita pela primeira vez em 1998, com apenas 24 anos, Andréia afirmou que seus 59.820 votos resultaram do

trabalho exercido pelo meu pai em Duque de Caxias. A maior parte dos meus votos eu recebi lá no município e foram votos de gratidão. Porque eu não era conhecida até então. Quando eu fui para as ruas com meu pai, que meu pai me apresentou como candidata dele, as pessoas votaram. Então eu acredito que isso tenha sido assim como uma forma de gratidão ao que ele já vinha fazendo pelo município.

É sabido que a pertença a uma linhagem de políticos constitui numa antiga via de acesso à vida pública brasileira, que começa a ser também

adotada agora pelos evangélicos de ambos os sexos. No caso das mulheres, como já afirmamos na análise da candidatura de Rosinha, este constituiu o caminho mais tradicional com as lideranças femininas, enfatizando quase sempre os seus laços com pais, maridos ou irmãos. Em nossa pesquisa, além do caso de Andréia Zito, que em 2002 recebeu a mais expressiva votação do conjunto de lideranças evangélicas femininas – 56.531 votos – identificamos o poder das relações de parentesco também na trajetória política de Maria da Graça Pereira.

Graça cresceu em uma família católica e só se converteu ao protestantismo na fase adulta de sua vida. É presidente da Associação de Moradores da Ilha do Governador desde 1998, ano em que também se elegeu deputada estadual pela primeira vez. Juntamente com o seu parceiro,²⁰ o vereador Jorge Pereira, fundou o Grupo Comunitário Equipe Jorge Pereira, entidade que presta assistência às comunidades carentes²¹. Durante a campanha de 2002, explorou seu engajamento nestas ações sociais e uma das suas estratégias na conquista do voto foi a realização de pequenas reuniões com mulheres no bairro da Ilha do Governador. Obteve 41.325 votos com uma concentração massiva no município do Rio de Janeiro (95%).

É a deputada Graça que nos explica sua decisão em participar de uma disputa eleitoral em 1998:

Estou na política porque Deus determinou. Eu jamais entraria para a política, porque eu sempre gostei de estar assessorando o meu marido, sempre gostei de fazer serviço social. Eu não gosto de discurso, eu não gosto de televisão, eu não gosto de palco. O problema é esse. Eu queria estar ao lado do meu marido trabalhando, era muito melhor do que ser uma deputada (...) Mas, sempre que a gente apoiava alguém, essas pessoas nunca nos ajudavam. Então meu marido falou assim: 'você vai porque pelo

menos vamos ter alguém na ALERJ em quem a gente pode confiar. Aí, ele me pediu que eu viesse, os filhos começaram a falar (...) Ainda tinha o fato de que eu era uma mulher e na Ilha não tinha uma liderança feminina. De repente você se vê pressionada pela família, tem que ser, tem que ser (...) Então eu botei nas mãos de Deus, eu falei, 'Deus, se o senhor acha que é o meu caminho, eu vou fazer a minha parte'. Então eu sempre digo que se eu tenho esse mandato hoje é porque Deus me deu. Porque nunca houve no meu coração uma vontade de ser política.

Para além dos apelos do marido e da família, Graça também foi estimulada para a participação na política eleitoral pelos líderes partidários, que precisavam reduzir a assimetria das candidaturas por sexo. De acordo com entrevista realizada no dia 3 de setembro de 2003:

Quando eu me candidatei, me candidatei pelo PFL a convite do Prefeito César Maia. Eles precisavam de mulheres para preencher a cota do PFL e como nós tínhamos esse trabalho social, meu marido já era vereador, ele me convidou e eu fui para o PFL.

E aqui temos um ponto importante. Das quatro evangélicas que conseguimos entrevistar, pelo menos três mencionaram a necessidade do partido em obedecer à lei eleitoral, que estabelece o mínimo de 30% e o máximo de 70% para as candidaturas dos sexos masculino e feminino. Aparecida Panisset é outra parlamentar que associa sua decisão de disputar a uma vaga no poder legislativo com a legislação de caráter compensatório. Aparecida é filha de um pastor e sua mãe também é evangélica. É professora do segundo grau e já exerceu o mandato de vereadora do município de São Gonçalo por duas vezes. Candidatou-se para a ALERJ pelo PTB o qual, segundo suas próprias palavras, a "convocou para a disputa":

O partido disse você tem que ser candidata a vereadora porque o partido precisava de um número maior de mulher na lista. Eles insistiram muito para que eu me candidatasse. Não sei nem se eles queriam que eu me elegeisse (...). Acho que eles queriam apenas uma mulher, como até hoje procuram no partido, para poder chegar próximo dos 30% de mulheres".

20. Graça é divorciada mas vive em união consensual há trinta anos com este político.

21. Segundo o material de divulgação do Centro, este é composto de oito unidades de atendimento gratuito, entre elas seis creches, postos dentários, clínica geral, oftalmologia, fisioterapia, etc.

Percebe-se na citação acima que a deputada reconhece que é a lógica da política eleitoral e não a lógica do gênero, expressa na lei das cotas, que faz com que a agremiação procure as mulheres e as estimulem a entrar nas disputas eleitorais. De acordo com Clara Araújo (2001.a: 233), a adesão partidária às ações afirmativas não vem ocorrendo apenas em razão de possíveis princípios ideológicos ou de efetivos compromissos feministas. Em parte são imperativos pragmáticos, voltados para ganhos eleitorais imediatos, que movem estas iniciativas”²². No caso das evangélicas, além do cumprimento da legislação, ou pelo menos da apresentação de uma cota aproximada à estipulada, temos que considerar a possibilidade destas candidaturas ampliarem os votos femininos no interior da comunidade religiosa que serão direcionados ao partido em questão. Ou seja, elas podem e devem ajudar eleger os candidatos da agremiação que atingiram as melhores votações.

Aparecida, durante a sua campanha, adotou o discurso assistencialista e obteve 50.338 votos. No que se refere ao uso do engajamento em ações sociais como um atributo eleitoral, temos que reconhecer que esta foi uma estratégia generalizada entre os evangélicos, independentemente do sexo do candidato e parece afinada com o estilo de fazer política de Anthony Garotinho (1999-2002) e Rosângela Matheus no executivo. De qualquer modo, cabe registrar que os estudos sobre a atuação das parlamentares brasileiras indicam uma dedicação especial a projetos na “chamada área social”, relacionando tal fato com a sólida competência apresentada pelas mulheres em áreas como saúde, educação, assistência social.²³ (Grossi e Miguel, 2001:188). Nossos dados sobre as parlamentares evangélicas também demonstram esta correlação direta entre a preocupação com a área

social e as carreiras ocupacionais tidas como femininas. E o perfil de Edna Rodrigues é bem ilustrativo para esta correlação.

Vinculada à Igreja Universal do Reino de Deus há 24 anos, Edna foi ordenada pastora no ano de 1982. Além deste cargo eclesiástico, Edna é professora, assistente social, servidora licenciada da Secretaria de Estado de Trabalho e Promoção Social – Fundação Leão XIII – e exerceu o cargo de vereadora do Município de São João de Meriti, entre 2000 e 2002. Neste mesmo período, atuou como apresentadora de TV num programa infantil, *Cirandando*, e no programa radiofônico *Debate*, da Rádio Moriá, em Nova Iguaçu. No material impresso distribuído durante a sua campanha, enfatizou o fato de ter trabalhado em vários Centros Comunitários, como a Associação Beneficente Cristã e o Lar Universal.

Quando indagada sobre a motivação para a entrada na política eleitoral respondeu, entretanto:

A luta de gênero, a questão da mulher, por ser mulher, eu tenho uma profissão que é basicamente uma profissão de mulher, tanto a de professora quanto a de assistente social e depois eu fui ser ministra de uma comissão evangélica onde só tem homem, então tinha sempre que estar lutando pelas mulheres. Assim assumi essa questão do gênero, depois saúde e educação. Porque eu sou uma educadora e minha tarefa tem que ser lutar pela educação também.

A agenda política apresentada durante o período eleitoral incluiu o tema da cidadania feminina²⁴, com Edna se propondo a lutar “para garantir os direitos da mulher”; “pela criação de projetos que visem ao aleitamento materno” e “pela criação de delegacias especializadas de atendimento à mulher”²⁵. Esta pastora foi eleita com 42.066

22. Sobre este tema ver também Grossi & Miguel (2001).

23. Segundo Grossi e Miguel (2001) “isto não deixa de ser um problema para o exercício da política das mesmas, uma vez que a cultura política brasileira enfatiza a área econômica”.

24. Enquanto vereadora de São João de Meriti, apresentou o projeto de lei para a municipalização do Dia Internacional da Mulher.

25. Os outros temas de sua agenda política foram: educação (prometeu colocar todas as crianças de S.J. de Meriti na escola); urbanização e saneamento básico (prometeu asfaltar todas as ruas do mesmo município); ações sociais (propôs a ampliação dos investimentos em programas sociais); criação de emprego; combate à violência e à pobreza; preservação do meio ambiente; moradia.

votos e, embora o Rio de Janeiro tenha sido o município onde recebeu mais votos (18.604), teve uma votação expressiva em São João de Meriti onde exerceu o cargo de vereadora²⁶.

Entre as evangélicas entrevistadas, Edna é, sem dúvida alguma, a que demonstra em seu discurso maior preocupação com a temática da cidadania feminina e com a participação das mulheres na política partidária. Segundo suas palavras,

Não estou vinculada ao movimento feminista. Mas o PMDB Mulher quer dar visibilidade à questão de gênero e à luta da mulher pela saúde, educação, por espaço político. Nós queremos vereadoras, prefeitas (...) Hoje no partido nós temos uma governadora e quem sabe um dia a mulher possa ser presidente do Brasil (...) Acho que a mulher no poder pode dar sua contribuição. Mas a mulher nem sempre tem dinheiro para campanha e como é que a gente faz? Eu estou lutando pela escola política para as mulheres através da fundação Ulisses Guimarães, que é do PMDB, para que a gente possa potencializar mulheres para as candidaturas, porque nós somos 52% do eleitorado, parimos a outra metade e assim mesmo as pessoas não votam na gente, porque nessa casa legislativa de 75 deputados nós teríamos que ter pelo menos 35 mulheres e nós só temos 16. Nós não temos a cultura – nem os homens e nem as mulheres – a cultura de votar nas mulheres. Mas está mudando, já votaram em Edna Rodrigues.

Duas questões mencionadas nesta declaração merecem ser exploradas. A primeira se refere à importância da capacitação da liderança feminina para as disputas eleitorais e para o exercício dos cargos eletivos. Sabemos que poucas são as agremiações partidárias que manifestam esta preocupação, desenvolvendo ações concretas no sentido de reduzir o hiato entre os atores políticos dos sexos masculino e feminino. Entretanto, desde 1996 campanhas como “As Mulheres sem medo do poder”, cartilhas e seminários vêm sendo organizados pelos conselhos estaduais e municipais de defesa das mulheres em parcerias com ONGs, ajudando na difusão da questão de gênero e da luta pela ampliação da presença

feminina nas instâncias de representação política entre as evangélicas relutantes em aceitar uma aproximação com o feminismo. E aqui, entramos no segundo ponto que está fortemente relacionado com o anterior: o argumento de que a mulher pode dar sua contribuição no exercício do poder.

Uma das críticas das teóricas feministas à adoção da categoria de igualdade como princípio norteador das demandas políticas das mulheres, é a de que o sujeito político contemporâneo é masculinizado, e conseqüentemente, “tanto homens quanto mulheres atuando dentro dos parâmetros da política instituída, reproduziriam os mesmos atos codificados como políticos” – entendendo políticos como sinônimo de masculinos (Buthler, 1998). A superação deste estado de coisas implicaria na busca de novas formas de afirmação das mulheres como sujeitos políticos “não mais na condição de cidadãs individuais, mas sim como coletivos configurados por um pertencimento de gênero que exigem seu reconhecimento” (Araújo, 2001.b). Sabemos que, a despeito da flexibilização ocorrida nas igrejas pentecostais nas últimas décadas, a identidade feminina, predominante ainda hoje nas comunidades religiosas, constitui um fator de dificuldade ao alinhamento com esta proposição feminista. Assim, a participação nos cursos de formação de lideranças torna-se fundamental.

Jurema Batista foi a única evangélica que não conseguimos entrevistar. Contudo, é de conhecimento público que sua conversão se deu há poucos anos e que escolheu um dos grupos religiosos mais flexíveis do neopentecostalismo para participar: a Igreja Nova Vida. É professora e a primeira parlamentar negra da ALERJ. Militante de vários movimentos sociais, fundou a Associação de Moradores do Morro de Acari e o Conselho de Representantes das favelas do Município do Rio de Janeiro. No conjunto das parlamentares que integram a 8ª legislatura, é a que participa a mais tempo das disputas eleitorais, 14 anos, período que em foi eleita três vezes para vereadora da capital do Estado. Na campanha de

26. Neste município Edna obteve 6.551 votos.

2000, sua plataforma inicial incluía a defesa dos excluídos como negros, favelados e mulheres, mas no decorrer do mandato passou a ser uma ativa defensora dos direitos de homossexuais, tema, diga-se de passagem, bastante polêmico no campo evangélico²⁷. Entre as principais propostas que apresentou durante o processo eleitoral de 2002 encontram-se a proposta de criação do Fundo de Auxílio às Famílias Chefiadas por Mulheres e de Centros de Atendimento à Mulher. Recebeu 35.986 votos.

IV – Entre a Igreja, a Família e o Partido Político

Uma das mais constantes queixas das lideranças femininas que participaram e participam das disputas eleitorais tem sido a falta de apoio dos partidos às suas candidaturas. Esta ausência de empenho das lideranças partidárias nas candidaturas femininas explica em parte o hiato existente entre a proporção de mulheres nas disputas eleitorais e a proporção das mesmas nos espaços legislativos e resultar de um certo sexismo dos dirigentes do partido. No caso das quatro parlamentares evangélicas entrevistadas nesta pesquisa, pelo menos duas declararam que não receberam apoio financeiro do partido, mesmo assim não demonstram uma visão crítica em relação às agremiações que as lançaram. Aparecida Panisset afirmou que:

O partido dá um nome, né? O partido tem muitos candidatos, eles nunca podem dar muita coisa (...) Isso aí cabe a cada um. Por exemplo, hoje estamos no PFL, César tem um nome, é um grande administrador, um homem politizado, um homem sério. Ele dá um nome para você estar junto de uma pessoa que hoje faz um grande trabalho político. Mas eu nunca me preocupo em prender a ninguém não, vou à luta e faço meu trabalho. Sou uma mulher guerreira (...) ²⁸.

27. Presidiu por três vezes a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos na Câmara Municipal do Rio.

28. Aparecida Panisset disputou a prefeitura do município de São Gonçalo no pleito de 2004 pelo PFL.

Já a Graça Pereira explicou que:

Não, não... o partido em si, meu partido é um partido pequeno, mas é um partido leve, né? Eu sempre digo que o PT do B é um partido que as pessoas gostam. Acredito no partido, no tipo de trabalho e no tipo de segmento que nós estamos. Ele não tem assim tanta influência, mas eu gosto do meu partido, tenho amor por ele, porque na verdade, o Jorge, meu marido, foi fundador, então eu gosto do PT do B. Mesmo não tendo me eleito na primeira vez por ele, eu vim desde o início acompanhando com o meu marido, então a gente vai criando amor, né? Por cada espaçozinho, a gente ta sempre ajudando, colaborando, porque o partido é pequeno, precisa de ajuda, pra pagar uma conta de luz, pra pagar o aluguel. É isso que a gente tem feito, né?

E aqui novamente nos defrontamos com a influência das redes familiares nas trajetórias políticas das mulheres. Mais do que os compromissos com a linha programática e a ideologia da agremiação, são os interesses da família política que ditam as atitudes desta parlamentar. Se não vejamos,

No mandato anterior estava no PFL, quando houve uma necessidade do meu marido sair do PT do B, para ir para o PFL apoiar o prefeito. Ele pediu para que eu fosse para o PT do B, para o partido não ficar esvaziado, entendeu? Quer dizer sem um político no legislativo e aí eu fui para o PT do B.

Meses depois desta declaração, Graça Pereira escolheu uma terceira agremiação para atuar na ALERJ, o Partido Social Cristão, partido da base aliada do Governo do Estado. Na realidade, a fragilidade dos laços partidários aparece nos discursos de todas as nossas entrevistadas. Andréia Zito confessou que sua rápida passagem pelo PMDB decorreu das dificuldades de seu pai com o PSDB. Ele trocou de legenda e ela o acompanhou, permanecendo naquela agremiação o tempo necessário para convencer os dirigentes do PSDB das perdas políticas que teriam em não aceitar as posições pater-nas: 10 dias. Aparecida Panisset e Edna Rodrigues, assim como Graça, passaram por

duas legendas antes de se filiarem aos partidos em que se encontram atualmente.²⁹ Consultas nos sites das Câmaras de Vereador e no material de campanha de Jurema Batista indicam que ela é a única evangélica que se mantém fiel à agremiação partidária que ajudou a organizar no Estado do Rio de Janeiro e pela qual disputou sua primeira eleição.

Um outro dado interessante é a influência das comunidades religiosas nas trajetórias femininas, e mais precisamente na disputa eleitoral e na atuação parlamentar destas evangélicas.

O partido me deu a legenda, um número para concorrer, me deu papel, infra-estrutura de gasolina. Se não fosse o partido não tinha como, eu não tenho grana para fazer uma campanha. A minha campanha também foi muito barata, a gente, por ser ligada a igreja, não paga boca de urna, por exemplo, eles não aceitam. A gente tem o nosso voluntariado, um ouro na mão, que é o povo que nos elege. Como eu sou de um grupo religioso, evangélico, as pessoas ficam mais sentadinhas me escutando, diferente dos outros que têm que correr e muito, para poder conquistar o voto. A gente já tem um público alvo mais direcionado, porque conhece o nosso trabalho, porque sabe do nosso caráter, sabe do nosso trabalho social. Porque eu cuidei dos jovens, eu cuidei de crianças na escola de educação infantil, eu fiz programa de rádio para crianças e para adolescentes.

As igrejas constituem-se num espaço social privilegiado das mulheres pobres e dos extratos mais baixos das camadas médias, de onde se originam as evangélicas eleitas no pleito de 2002, mas também onde se encontra um segmento significativo dos eleitores suscetíveis à influência das lideranças religiosas na escolha de seus candidatos. Assim, se o político consegue a anuência dos dirigentes da denominação para participar de cultos, distribuir material da campanha nas proximidades e falar com os fiéis, tem a oportunidade de

29. A primeira em dez anos de política eleitoral passou pelo PPB, PTB e agora está no PFL. Já a segunda, em apenas seis anos de participação na política partidária já foi ligada ao PDT e ao PT do B, mas hoje se encontra no PMDB.

ter acesso a um grande público que o reconhece como um representante do grupo de crentes. No caso das mulheres, esta identificação tende a ser ainda maior, uma vez que mais da metade dos fiéis das comunidades evangélicas do Estado são do sexo feminino (Fernandes, 1998:85).

E aqui, gostaríamos de chamar atenção para os resultados de duas pesquisas recentes envolvendo o segmento feminino. A primeira foi realizada pela Fundação Perseu Abramo entre as mulheres de várias regiões do Brasil, e indica que a importância da política e a influência da mesma no cotidiano da população variam segundo o grau de escolaridade e os vínculos das entrevistadas com o mercado formal de trabalho. Dito de outra maneira, são as mulheres com maior grau de escolaridade e inserção no mercado de trabalho que respondem pela parcela significativa daquelas que consideram a política como muito importante para suas vidas. Já as mulheres de baixa escolaridade e que se encontram fora do mercado de trabalho tendem a achar a política mais ou menos importante ou nada importante para o seu cotidiano (Godinho, 2004: 150). Por outro lado, um survey realizado no início da década atual, no Rio de Janeiro, pelo DATAUFF, com objetivo de avaliar a importância do voto em diferentes setores sociais demonstra que o segmento onde se verificou maior interesse pelo comparecimento às urnas foi justamente o das mulheres pobres, de baixa escolaridade e pentecostais³⁰.

A comparação dos dados destas duas pesquisas sugere que as pentecostais fluminenses devem estar encontrando outros elementos nas comunidades religiosas que compensem a falta de escolaridade, que constitui uma variável importante na avaliação da política. Sabemos que em algumas igrejas, como a Universal do Reino de Deus, a política eleitoral é um tema tratado no púlpito, o que possibilita uma socialização das opiniões e a influência das lideranças religiosas

30. Ver a reportagem no *Jornal do Brasil*, de 12 de agosto de 2001, p. 10.

sobre fiéis que apresentam pouca ou nenhuma participação em movimentos sociais, organizações de caráter associativista ou político-partidária. Assim, a comunidade de fiéis torna-se também uma base eleitoral importante e a rede de relações religiosas desdobra-se em uma poderosa rede de relações políticas.

No caso de Edna, além do apoio explícito durante as celebrações, a condição de pastora da IURD garantiu ainda dinheiro para a campanha, acesso direto aos meios de comunicação da denominação, militantes voluntários etc. Entretanto, o controle sobre a atuação parlamentar também é muito grande³¹ e os parlamentares iurdianos são vistos pelos demais evangélicos na ALERJ como os únicos que colocam os interesses da igreja em primeiro lugar e, portanto, a votar de forma alinhada. Se isto vale para os políticos do sexo masculino, o que dizer com relação às mulheres que chegaram à política com o aval da igreja? De qualquer modo, vimos que a participação em cursos de treinamento de lideranças femininas pode ajudá-las na ampliação da capacidade crítica e na criação de zonas de autonomia em relação à instituição religiosa. Inegável, contudo, que isto pode provocar novas formas de tensão entre as identidades religiosa, partidária e de gênero.

V – Considerações finais

Vimos neste artigo que o pragmatismo dos dirigentes partidários e religiosos tem favorecido a entrada de mulheres evangélicas na política. Em primeiro lugar, o lançamento de candidaturas de mulheres desta tradição religiosa, além de ajudar no cumprimento da legislação de cotas, abre um canal de comunicação privilegiado entre a crescente comunidade de fiéis e os partidos políticos. Do ponto de vista da hierarquia religiosa, o apoio

às candidaturas femininas pode atenuar as disputas em torno dos postos de decisão no interior da denominação e, simultaneamente, ampliar a capacidade de influência da igreja no espaço público. Uma vez eleitas, as mulheres evangélicas enfrentam não só as pressões e restrições dos dirigentes masculinos de seus partidos políticos, como também o *lobby* e, no caso da IURD, o controle da liderança religiosa.

Ainda que estejamos em meados do segundo ano de mandato destas parlamentares, gostaríamos de tecer algumas breves considerações sobre a atuação parlamentar destas evangélicas. No que se refere ao engajamento delas nos trabalhos internos daquela instância do legislativo, constatamos uma presença significativa das evangélicas na Comissão de Direitos da Mulher. Durante o ano de 2003, Andréia Zito, Edna Rodrigues, Jurema Batista e Aparecida Panisset integraram esta comissão, que no ano seguinte também contaria com a participação de Graça Pereira. Ou seja, em 2004 todas as evangélicas têm assento nesta importante comissão.³²

A despeito desta presença significativa, poucos foram os projetos relacionados com as demandas femininas apresentados nestes primeiros 18 meses da 8ª legislatura pelas lideranças evangélicas. A petista Jurema Batista, que aparece como a

31. Este controle ficou muito claro no caso do Bispo Rodrigues que participou das operações escusas da administração da Loteria estadual e foi afastado da igreja e do seu posto de coordenador político dos legisladores da IURD.

32 Andréia Zito participou também das seguintes comissões: Constituição e Justiça; Comissão de Defesa dos Direitos Humanos; Comissão de Educação e Cultura; Comissão de Normas Internas e Proposições Externas. Já Jurema Batista, além de ter atuado na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, também integrou as seguintes Comissões: de Combate às Discriminações e Preconceitos de Raça, Cor, Etnia, Religião e Procedência Nacional; Direitos Humanos e Cidadania e Educação e Cultura; e a Comissão de Prevenção ao Uso de Drogas e Dependentes Químicos em Geral. Aparecida Panisset integrou também as seguintes comissões: Indicações Legislativas; de Agricultura, Pecuária e Políticas Rural Agrária e Pesqueira. Graça Pereira participou ainda das seguintes Comissões: Transporte; e Normas Internas e Proposições Externas. Edna Rodrigues participou de quatro comissões: Assuntos da Criança, do Adolescente e do Idoso; Combate às Discriminações e Preconceitos de Raça, Cor, Etnia, Religião e Procedência Nacional; Defesa dos Direitos da Mulher; Prevenção ao Uso de Drogas e Dependentes Químicos em Geral.

parlamentar com o maior número de propostas de leis no primeiro ano de mandato³³, 37 é também responsável pelo maior número de propostas diretamente relacionadas com o segmento feminino: três³⁴. Além desta parlamentar a única que encaminhou projeto relacionado com as mulheres foi Graça Pereira que apresentou uma proposta que institui o dia 9 de fevereiro como o dia estadual da mulher trabalhadora evangélica (nº 20030300823, de 1/10/2003). Como se pode perceber, trata-se de uma homenagem com um caráter corporativo e sem relevância para a luta em prol da equidade social³⁵. As outras três parlamentares, embora tenham apresentado um total de vinte e oito projetos e aprovado seis leis, não elaboraram no período correspondente nenhuma proposta direcionada às mulheres.

É sabido que nem todas as parlamentares que se favorecem das políticas de cotas no processo eleitoral, estão efetivamente preocupadas com a redução das desigualdades de gênero e com a ampliação da agenda política no sentido de encaminhar as demandas dos segmentos femininos. No caso das evangélicas, o *ethos* religioso, assim como os frágeis vínculos com os movimentos sociais e a débil formação política podem ser empecilhos para uma atuação parlamentar mais autônoma, tanto no que se refere às lideranças partidárias masculinas, quanto aos dirigentes religiosos. Neste sentido, é bem significativo o fato de que foi justamente Jurema Batista, que aderiu ao evangelismo depois de ter iniciado sua trajetória no associativismo civil e na política partidária, a parlamentar evangélica

que no primeiro ano de mandato trabalhou os temas relacionados com as mulheres na ALERJ.³⁶

De qualquer maneira, constatamos uma grande ênfase nas questões sociais, com vários projetos de lei regulamentando a prestação de serviços às crianças, idosos e deficientes físicos. Deve-se destacar que no caso das lideranças aqui estudadas, a identidade religiosa reforça a afinidade da identidade feminina com a agenda social. Ou seja, os valores religiosos fomentam e legitimam as ações filantrópicas e a ênfase nos temas sociais associados tradicionalmente com o universo feminino. Verificamos também que algumas deputadas atuam nos moldes clientelistas, prestando serviços à comunidade de fiéis e doando cestas básicas na sua base eleitoral. Para viabilizar este tipo atividade, Andréia Zito criou três centros sociais na região da baixada fluminense e Maria das Graças tem oito postos de atendimento na Ilha do Governador. Edna Rodrigues, seguindo a tendência dos políticos de sua igreja, desenvolve suas ações a partir da Associação Beneficente Cristã, que na realidade é o braço social da IURD. Esta é, na realidade, mais uma forma da denominação controlar os seus representantes políticos, evitando que os mesmos se fortaleçam enquanto atores individuais.

É importante enfatizar também que as relações familiares e religiosas se sobrepõem às relações partidárias. No primeiro caso, verificamos que tanto Rosângela Matheus quanto Andréia Zito e Graça Pereira entraram na vida política para darem continuidade aos projetos familiares de poder e seus vínculos partidários são condicionados por tais projetos. Por outro lado, observamos que, embora as pressões das lideranças religiosas tenham crescido de forma genérica sobre os legisladores e executores da política fluminense, a condição de pastora da IURD faz com que Edna Rodrigues seja a parlamentar com maiores dificuldades em

33. Ainda que não tenha conseguido aprovar nenhum nestes dezoito meses de mandato.

34. Autoriza o poder executivo a criar o programa de reposição hormonal na rede pública estadual de saúde”- Projeto de nº 20030300650 de 1/14/8/2003. Fica o poder executivo autorizado a criar os centros de atendimento e referência e as casas abrigo para mulheres vítimas de violência de gênero – Projeto de nº 20030300417 de 21/5/2003. Autoriza o poder executivo a criar o programa família solidária e mãe social Projeto de nº 20030300478 de 12/6/2003.

35. Graça apresentou oito projetos e até o momento atual tem duas leis aprovadas.

36. Mesmo Jurema Batista, não deixou de escorregar pelo corporativismo, propondo uma lei “instituído o terceiro domingo de setembro como o dia da juventude cristã” (nº 20030300754 de 12/9/2003).

estabelecer uma zona de autonomia entre a fidelidade partidária e os compromissos eclesiais. De qualquer maneira, sabemos que por meio da agremiação partidária esta parlamentar vem participando de seminários e cursos de capacitação de lideranças femininas e que alguns temas importantes da política cultural dos movimentos feministas foram assimilados em seu discurso político. Resta saber se a parlamentar conseguirá fazer com que seu discurso se desdobre em legislações novas que sirvam para reduzir a desigualdade de gênero e ampliar a democracia.

Bibliografia

- ALVAREZ, Sônia E. A globalização dos feminismos latino-americanos. In: ALVAREZ, S.E., DAGNINO, E. & ESCOBAR, A. (orgs). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: UFMG, 2000, p. 383-426.
- ARAUJO, Clara. As cotas por sexo para a competição legislativa: O caso brasileiro em comparação com experiências internacionais. In: *Revista Dados*, 2001.a, nº 44/1.
- _____. Potencialidades e limites da política de Cotas no Brasil. In: *Revista Estudos Feministas*, v. 9, nº 1, Santa Catarina: CFH/CCE/UFSC, 2001.b, p. 167-206.
- BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do Pós-Modernismo. In: *Cadernos Pagu*, nº 11, 1998, p.11-42.
- COSTA, Delaine .Martins. Capacitação de líderes femininas: reflexões sobre a experiência do IBAM. In: *Revista Estudos Feministas*, v. 9, nº 1, Santa Catarina: CFH/CCE/UFSC, 2001, p. 213-224.
- DROGUS, Carol. Popular Movements and the Limits of Political Mobilization at the Grassroots in Brazil. In: CLEARY, E y STEWART – GAMBINO (eds.). *Conflict d Competition: the Latin American Church in Changing Enviroment*. London: Lynne Rienner Publishers, 1992.
- FERNANDES, Rubem César. *Novo Nascimento*. Rio de Janeiro: ISER/Mauad, 1998.
- GODINHO, Tatau. Democracia e Política no cotidiano das mulheres brasileiras. In: VENTURI, G; RECAMAN, M. E OLIVEIRA, S.(orgs.). *A mulher Brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, p.149-159.
- GREGORI, Maria Filomena. Estudos de Gênero no Brasil (comentários críticos). In: *O que ler na ciência social brasileira – Sociologia – 2*, São Paulo: Sumaré. ANPOCS, 1999.
- GROSSI, Miriam Pillar & MIGUEL, Sônia Malheiros. Transformando a diferença: as mulheres na política. In: *Revista Estudos Feministas*, v. 9, nº 1, Santa Catarina: CFH/CCE/UFSC, 2001, p. 167-206.
- HEILBORN, Maria Luíza & SORJ, Bila. Estudos de Gênero no Brasil. In: *O que ler na ciência social brasileira – Sociologia – 2*, São Paulo: Sumaré. ANPOCS, 1999.
- HTUN, Mala. A política de Cotas na América Latina. In: *Revista Estudos Feministas*, v. 9, nº 1, Santa Catarina: CFH/CCE/UFSC, 2001, p. 225-230.
- MACHADO, Maria das Dores Campos. Lideranças Evangélicas na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Trabalho apresentado na VI Jornada dos Pesquisadores do CFCH/ UFRJ, maio de 2004, mimeografado.
- _____. Neopentecostalismo: continuidades e descontinuidades nas representações e relações de poder entre os gêneros. In: *Caminhos*. Goiânia: Editora da UCG, 2003, p. 67-81.
- _____. Religião, Gênero e Política: As evangélicas nas disputas eleitorais da cidade do Rio de Janeiro. In: *Ciências Sociais e Religião*. Porto Alegre: UFRGS, 2002, p. 125-148.
- _____. Olhando as mulheres pentecostais através do espelho. In: VALLA, VITOR, : *Religião e Cultura Popular*. 1. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.a, p. 75-90.
- _____. Religião e Política: Evangélicos na disputa eleitoral do Rio de Janeiro. *Revista Antropolítica*. Niterói: EDUFF, 2001.b, p. 45-64.
- _____. *Os efeitos da adesão religiosa na esfera familiar*. São Paulo: ANPOCS, 1996.
- MACHADO, Maria das Dores Campos & MARIZ, Cecília Loreto. Mujeres em três grupos religiosos em Brasil: uma comparación entre pentecostales y católicas. In MARCOS, Silvia (ed.). *Religión y Género*. Madrid: Trotta, 2004, p. 203-231.
- _____. Encontros e desencontros entre católicos e evangélicos no Brasil. In: SANCHIS, Pierre (org.). *Fiéis & Cidadãos: percursos de sincretismo no Brasil*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001, p. 87-102.
- _____. Progressistas e Católicas Carismáticas: uma análise de discurso de mulheres de comunidades de base na atualidade brasileira. *Revista Praia Vermelha*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.
- NUNES, Maria José Rosado. Gênero, saber, poder e religião. In: FABRI, Márcio (org.). *Teologia e novos Paradigmas*. São Paulo: Loyola/SUTER, 1996.
- _____. De Mulheres, Sexo, e Igreja: uma pesquisa muitas interrogações. In AMADO, T. e COSTA, Albertina. *Alternativas Escassas*. São Paulo: 34, 1994.
- PHILLIPS, Anne. De uma política de idéias a uma política de presença. In: *Revista Estudos Feministas*, v. 9, nº 1, Santa Catarina: CFH/CCE/UFSC, 2001, p. 268-290.
- ROGRIGUES, Almira. Mulheres: Movimentos sociais e Partidos políticos. CFEMEA, Brasília. Disponível em <http://www.CFEMEA.org.br>, 2001.
- _____. Construindo a perspectiva de gênero na legislação e nas políticas públicas. CFEMEA, Brasília. Disponível em <http://www.CFEMEA.org.br>, 2001.b.
- SANTOS, Maria Goreth. A Mulher na hierarquia evangélica: o pastorado feminino. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UERJ. Rio de Janeiro, 2002.

E-mail dos autores

Maria das Dores Campos Machado: mddcm@uol.com.br

Christiane dos Passos Guimarães:

christiane_guimares@ig.com.br

Clara Bandeira de Oliveira: clarinhabela@yahoo.com.br

Carla Rabelo Barrígio: carlabarrigio@yahoo.com.br